

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1361909 - RN
(2018/0222769-1)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : JULIO CESAR DA ROCHA
AGRAVANTE : JOANA BATISTA ROCHA - ESPÓLIO
AGRAVANTE : LUIZ ANTONIO SOBRINHO
AGRAVANTE : MARIA DAS NEVES DOS SANTOS DE MOURA
AGRAVANTE : GERALDO ANTUNES DA SILVA
AGRAVANTE : LUIZ ANTÔNIO DE FRANÇA
AGRAVANTE : JOSE FERREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : MANOEL LUCILIO DE SOUZA
AGRAVANTE : MARIA BARBOSA DE ARAUJO
AGRAVANTE : LUCIENE DO NASCIMENTO VILELA MELO
AGRAVANTE : MARIA NAZARE DE LIMA SOUZA
ADVOGADOS : JUAN DIEGO DE LEÓN - SC021629
EWALDO SOARES NETO - RN007632
ROBERTA FERRONE RIBEIRO SOARES E
OUTRO(S) - RN008474B
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIELA LEMOS NEUESCHWANDER E OUTRO(S)
- PE019387
INTERES. : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADO : EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS -
PE028240

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.

2. De acordo com o CPC/15, a parte deve demonstrar, no caso concreto, a distinção entre o tema trazido em seu especial e a tese jurídica com repercussão geral pendente de

Superior Tribunal de Justiça

julgamento no STF, por meio de requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno é cabível da decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).

3. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator